

## PRÓLOGO

Esta obra singular, concluída que foi a sua gestação, foi-me apresentada ritualmente pelo autor, num encontro programado no Museu Nacional de Etnologia de Lisboa. Ali, a sós, assumi a honrosa cumplicidade de elaborar o prólogo, desta tão arrojada investigação histórica de *memórias sociais* de Moçambique de ontem, obviamente com os seus *dilemas políticos* de hoje.

O autor, Vitor Alexandre Lourenço, versa o tema, tomando para matriz o exemplo étnico, histórico e político de Mandlakazi, dos últimos cem anos (do período colonial à actualidade). O tema coloca em mesa redonda o Poder Tradicional, frente-a-frente, tanto com a FRELIMO como com a RENAMO, questionando: qual o papel da Autoridade Tradicional nas actuais «mudanças políticas»? Qual o seu enquadramento étnico, histórico e político em Mandlakazi? E que relações políticas se estabelecem (coexistência de distintas lógicas legitimadoras) entre o Estado e as Autoridades Tradicionais?

*Memórias sociais de ontem* do Moçambique de hoje, são valiosas recordações que a tradição oral ainda pode testemunhar para a posteridade. São memórias verídicas que Vitor Alexandre Lourenço não presenciou, mas que em memória dos antepassados, descreve cientificamente, como fiel depositário, Mestre e protagonista historiador que é.

*Dilemas políticos de hoje?* Obviamente que sim: contradições, situações embaraçosas, perplexidades resultantes de «mudanças políticas», porque Moçambique do pós-independência navega veloz, numa órbita política, económica, às vezes contraditória e irreversível, como foi a conquista da Liberdade e da Paz, rumo à plenitude da sua história, construída «pedra-a-pedra», desde 25 de Setembro de 1964, data do início da Luta Armada de Libertação Nacional.

Esta importante obra historiográfica, para além de revelar as *memórias sociais* do período colonial, argumenta sobre as difíceis proposições contraditórias do «Poder da Frente ao Poder do Estado» e a situação da Autoridade Tradicional, tomando para exemplo Mandlakazi.

O mérito desta obra reside no significado histórico e na dimensão do significado dos acontecimentos inventariados que se desenrolaram na história, no tempo colonial (1930 – 1974), em que eram vigentes os dois poderes: o poder tradicional e o poder colonial. O sistema colonial, enxertado no sistema tradicional, asfixiava as chefaturas, a identidade e etnicidade moçambicanas. O poder redutor colonial sobrepunha-se à estrutura e legitimação tradicional, retirando-lhe a sua eficácia antropológica, social e religiosa. Em Mandlakazi, no então distrito de Gaza, o Poder Tradicional estava nas mãos do *hosi* que era a referência de união popular, entidade social legítima perante a lei do povo, no plano escatológico era o mediador dos Ancestrais. O poder colonial enxertando-se nesta cultura, criou o dilema da etnicidade, identidade e, foi capaz de mascarar e «assimilar» a identidade, através da cumplicidade com o regime colonial europeu, criando um ser novo, uma espécie de fantasma, o «negro-branco», denominado «assimilado».

Assim, além da óbvia contradição do Poder «Frente de Libertação» e Poder «Tradicional», Moçambique lutou e continuará a lutar para reencontrar a sua verdadeira identidade específica, baseada na Tradição. Compreende-se que não foi fácil reestruturar as relações políticas entre o Estado e as Autoridades Tradicionais. E, assim como acontece entre a Religião e a Tradição em qualquer contexto cultural, em Moçambique, em contexto de «mudanças políticas» continuará, por longo tempo, a viver-se dilemas de exclusão ou inclusão políticas com o Poder Tradicional, afectando todas as áreas que os termos Estado, Autoridade e Autoridades Tradicionais encerram.

LISBOA, Abril de 2009

Lívio de Moraes